



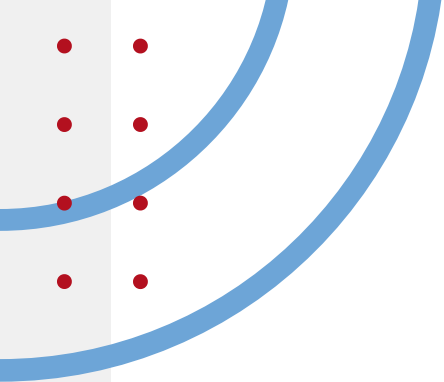
MPPI



Ministério Público
do Estado do Piauí

PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICO 2024

Centro de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional
do MPPI



EQUIPE CEAf/MPPI

Teresinha de Jesus Moura Borges Campos

DIRETORA

Lia Raquel Prado Burgos Ribeiro Martins

VICE - DIRETORA

Luana Azerêdo Alves

ASSESSORA PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA

Izaura Veloso da Silva Neta

ASSESSORA TÉCNICA

Viviane Maria de Pádua Rios Magalhães

ASSESSORA JURÍDICA

Zélia Beatriz Moraes Fernandes Sobral

TÉCNICA MINISTERIAL

Jessica Assunção Leal

ESTAGIÁRIA DE PEDAGOGIA

Anna Maria Alencar de Souza

RECEPCIONISTA

EQUIPE BIBLIOTECA - WALDYR SILVA GUIMARÃES

Maria do Perpétuo Socorro Rubim Broxado

TÉCNICA MINISTERIAL

Pétala Medeiros Leite

ESTAGIÁRIA DE BIBLIOTECONOMIA



SUMÁRIO

04

1. COM A PALAVRA, A DIRETORA
GERAL DO CEAF

05

2. APRESENTAÇÃO

06

3. MISSÃO, VISÃO E VALORES

07

4. BIBLIOTECA

09

5. CEAF E PARCEIROS

10

6. PÚBLICO-ALVO

11

7. DO PLANO DE AÇÃO
PEDAGÓGICO PARA O ANO DE
2024

16

8. ESCOLA NACIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
ENAP



1. COM A PALAVRA, A DIRETORA GERAL DO CEAf

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF/MPPI), sempre buscando a excelência na condução dos seus trabalhos e zelando pela continuidade no cumprimento de suas atividades de aperfeiçoamento e capacitação funcional no âmbito do MPPI, apresenta o Planejamento Pedagógico do ano de 2024.

Este plano foi construído de forma coletiva e colaborativa, com a participação dos integrantes deste órgão ministerial, visando tornar-se um instrumento norteador para as ações que serão desenvolvidas ao longo de sua vigência, considerando e respeitando os valores, diretrizes e missão institucional.

Na elaboração do seu Plano de Ação Pedagógico 2024, este Centro aplicou aos membros e servidores do MPPI uma pesquisa por meio de formulário eletrônico com o intuito de conhecer seus anseios e colher sugestões de temáticas para as capacitações e treinamentos que poderiam integrar as atividades que serão desenvolvidas durante a condução dos trabalhos.

Vale ressaltar que estas ações prévias de planejamento se fazem necessárias tendo em vista a importância que tem a continuidade na qualificação dos partícipes desta Instituição.



Teresinha de Jesus Moura Borges Campos
DIRETORA DO CEAf/MPPI

2. APRESENTAÇÃO

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) é órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, encontros, estudos e publicações, visando o aprimoramento profissional e cultural de membros, servidores e auxiliares da Instituição, para propiciar a melhor execução dos serviços e a racionalização dos recursos materiais, consoante previsão no art. 35 da lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 62 da lei complementar nº 12/93 (Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí).

Com o objetivo de cumprir a sua missão, zelando pela qualificação e aperfeiçoamento funcional dos integrantes do Ministério Público piauiense, por meio de ações educacionais, formacionais e culturais, o CEAF/MPPI desenvolve atividades de maneira autônoma e em cooperação com instituições parceiras, fomentando discussões sobre temas de relevância institucional e social e instigando uma postura reflexiva, proativa e resolutiva de membros e servidores em prol da sociedade.

Essas atividades guardam relação direta com a missão constitucional do Ministério Público, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis, motivo pelo qual devem ser estrategicamente planejadas, de acordo com as necessidades, a realidade, os objetivos e os propósitos da Instituição.

É nesse contexto que se apresenta o Plano de Ação Pedagógico, no qual estão as intenções pedagógicas deste Centro de Estudos, baseadas nas diretrizes advindas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e do Plano Geral de Atuação (PGA), bem como nos anseios dos integrantes do Ministério Público.

3. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Como órgão auxiliar do Ministério Público, o CEAF tem o desenvolvimento de suas atividades alinhado à política institucional, definida no Plano Geral de Atuação (PGA), e ao Plano Estratégico Institucional (PEI), que direcionam a atuação do Ministério Público de acordo com os anseios e as necessidades da sociedade, em sintonia com a missão, a visão e os valores do CEAF.

Missão

Promover o aperfeiçoamento continuado de competências de membros e servidores do Ministério Público do Piauí, de forma alinhada à política institucional, produzindo e compartilhando conhecimentos para alcançar uma atuação cada vez mais eficiente e resolutiva em prol da sociedade.

Ser referência no desenvolvimento e na valorização profissional e humana de membros e servidores do Ministério Público do Piauí, fortalecendo a Instituição e o sentimento de pertencimento.

Visão

Valores

Valorização das pessoas;
Promoção e partilha de conhecimento;
Disseminação das melhores práticas;
Incentivo à pesquisa;
Incentivo à criatividade e à inovação;
Incentivo à leitura e à reflexão crítica.

4. BIBLIOTECA

A Biblioteca “Procurador de Justiça Waldyr Silva Guimarães” foi criada através do Ato PGJ nº 525/2015, com o objetivo de difundir conhecimento e facilitar o acesso à informação, bem como subsidiar a demanda de membros, servidores e estagiários para o desenvolvimento das atividades ministeriais.



A Biblioteca do Ministério Público do Piauí é integrada à estrutura do CEAF e tem como atribuições realizar pesquisas bibliográficas, doutrinárias, de legislação e de jurisprudência, de acordo com as solicitações de seus usuários; catalogar, processar, classificar, armazenar e pôr à disposição para consulta ou empréstimo as obras adquiridas para acervo; orientar os usuários quanto ao melhor uso da coleção e na realização de pesquisas bibliográficas com melhor qualidade; instituir, controlar e encaminhar processos de seleção, compra, intercâmbio, doações e descarte de material bibliográfico; oferecer produtos e serviços de informação que atendam o perfil dos seus usuários; zelar pela preservação física do acervo; e manter intercâmbio com outras unidades de informação, tendo em vista o aperfeiçoamento dos serviços, com o objetivo de

difundir conhecimento e facilitar o acesso à informação, bem como subsidiar a demanda de membros, servidores e estagiários na área do conhecimento para o desenvolvimento das atividades realizadas.

Conta com amplo espaço e acervo composto por obras de referências, periódicos jurídicos, folhetos e livros, em sua maioria na área de Direito, que contabilizam mais de 1.000 itens disponíveis para empréstimos ou consultas. Além disso, em funcionamento a biblioteca virtual, pela qual, por meio de plataformas digitais, tem-se acesso a centenas de obras jurídicas.

5. CEAF E PARCEIROS

Na busca pela produção e partilha do conhecimento, o CEAF busca parcerias com instituições públicas e privadas, nas mais diversas áreas, para o desenvolvimento de suas atividades. Essas parcerias são formalizadas mediante termos de cooperação técnica, convênios e contratos, visando atender as constantes demandas pelo aprimoramento de membros e servidores das áreas técnico-administrativas e finalística, bem como de estagiários do Ministério Público.

Vale frisar que as atividades do CEAF são desenvolvidas na modalidade presencial e/ou em ambiente virtual, com destaque para as capacitações, os cursos e os treinamentos disponibilizados na plataforma Moodle, ferramenta de educação à distância que facilita o acesso ao conhecimento, inclusive pelo público externo, cujas atividades mantêm intercâmbio com a atuação ministerial.



6. PÚBLICO-ALVO

Precipuamente, o CEAF tem como missão o aperfeiçoamento de membros e servidores do Ministério Público do Piauí para o desempenho eficiente e resolutivo de suas funções. No entanto, a sociedade, como destinatária final da atuação ministerial, merece participar, conhecer, discutir, questionar e aprofundar-se em questões relacionadas ao seu bem-estar.

Essa interação com a sociedade permite a disseminação do conhecimento, o que fortalece os mecanismos de controle e de fiscalização, pois publiciza as ferramentas necessárias à defesa dos direitos sociais, impactando de forma positiva na confiança e na credibilidade da Instituição.

Ademais, por meio das plataformas Moodle e Microsoft Teams, bem com do canal do YouTube, o CEAF viabiliza a participação efetiva do público interno e dos órgãos parceiros nas atividades de capacitação e aperfeiçoamento.



7. DO PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICO PARA O ANO DE 2024

A política institucional do Ministério Público do Piauí, sedimentada no Plano Geral de Atuação (PGA) e no Plano Estratégico Institucional (PEI), bem como as diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) são essenciais para a elaboração do plano de ação pedagógico a ser desenvolvido pelo CEAF, órgão responsável pela capacitação e aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Piauí.

O plano de ação pedagógico agrega as atividades educacionais, formacionais e culturais a serem preferencialmente executadas pelo Centro de Estudos, durante o ano, tendo como norte a política institucional adotada pelo Ministério Público do Piauí, que reflete as expectativas e os anseios da sociedade.

Para a sua elaboração, o CEAF contou com a colaboração de membros e servidores da Instituição, que, por meio de formulário eletrônico, divulgado nos meios oficiais de comunicação, apresentaram ideias e sugestões, dentre as quais as seguintes, compartmentadas em eixos temáticos finalísticos e estruturantes, conforme classificação utilizada no PEI 2022/2029.



EIXOS TEMÁTICOS FINALÍSTICOS

1 – Corrupção e Patrimônio Público	- Atuação do Ministério Público quanto à Improbidade Administrativa. Capacitação para prática de atuação em procedimentos complexos de patrimônio público, fraudes licitatórias; - Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público no âmbito de licitações e contratos; - Acumulação Irregular de Cargos Públicos: como inibir a disseminação da cultura do acúmulo; - Oficina sobre orçamento público (Atuação prática); - Fiscalização em contratos de obras públicas; - Curso sobre teoria e prática em direito eleitoral; - Curso sobre atualização de valores de dano ao erário; - Pesquisa de sobrepreço e superfaturamento; - Qualificações relacionadas à construção dos pedidos das ações civis públicas, bem assim os meios coercitivos de cumprimento das decisões.
2 – Educação e Cidadania	- Direitos Humanos e práticas restaurativas: construção da paz; - A especial vulnerabilidade das vítimas idosas e com deficiência; - Capacitação dos membros e servidores sobre perspectiva de gênero.
3 – Saúde	- Saúde mental e incapacidade: a atuação do Ministério Público em processos de interdição; - Instrução de procedimentos extrajudiciais em demandas de saúde pública: medicamentos, regulação e saúde mental; - Atenção em saúde mental no SUS.
4 – Segurança Pública	- Controle Externo da Atividade Policial (modalidade concentrada e difusa).
5 – Infância e Adolescência	- Alienação parental: instrução de processos; - Direito de família na prática, alienação parental e alimentos; - Sistema nacional de adoção: implantação, realidade e desafios; - Redes de atenção à vítima criança/adolescente; - Oficina de parentalidade; - Capacitação nos atendimentos a serem prestados a conselheiros tutelares; - Capacitação para atuação em procedimentos administrativos relativos a infância e juventude; - Capacitação para atuar em processos de guarda e adoção.

6 – Criminal

- Provas digitais no processo criminal;
- Lei Geral de Proteção de Dados;
- Um curso para treinamento sobre prática nos extrajudiciais; Uso de NF, PA, IPC, treinamento do SEEU;
- Cursos DE aprofundados sobre os procedimentos extrajudiciais;
 - Juiz de garantias,
- Atuação do Promotor de Justiça nas Eleições 2024.
- Técnicas e ferramentas de apuração
 - Crimes Licitatórios;
 - Júri;
 - Crimes Virtuais;
- Atuação do Ministério Público na proteção das vítimas;
- Intersetorialidade e transversalidade na atenção às vítimas;
 - Medidas para prevenir a revitimização;
- Capacitação no sentido de sensibilizar os membros sobre a necessidade do apoio integral às vítimas de crimes de um modo geral, consoante Resolução 243/2021-CNMP;
 - Facilitador em Encontro Vítima Ofensor;
- Investigação, sistemas de investigação, organização criminosa;
- Capacitações voltadas para o suporte aos membros do Júri;
- Curso de Capacitação para atendimento às Vítimas;
- Criminologia.

7 – Meio Ambiente

- O papel do Ministério Público na recuperação dos danos ambientais: atuações micro com implicações macro.

8 – Consumidor

- Atuação nos direitos difusos e coletivos.

EIXOS TEMÁTICOS ESTRUTURANTES

1 – Comunicação Social	- Comunicação organizacional.
2 – Controle Interno	- Curso sobre perícia contábil.
3 – Gestão Administrativa	- Curso de gestão e fiscalização de contratos administrativos; - Curso de governança nas contratações públicas; - Curso de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros; - Curso de formação e aperfeiçoamento de parecerista jurídico; - Procedimentos Operacionais Padrões do Ministério Público no sistema SEI; - Técnicas de elaboração de manifestações; - Rotinas de Promotoria; - Gestão de Convênios; - Gestão de Projetos; - Gestão de projetos e gerenciamento de obras; - Gestão de convênios e instrumentos congêneres; - Curso sobre a padronização de atos administrativos – Formalidades; - Aplicação da LGPD no tocante às parcerias; - Fiscalização de contratos administrativos; - Gestão de estoque; - Gestão de mão de obra terceirizada; - Capacitação sobre as movimentações corretas no SIMP; - Informática (Windows, Word e Excel;); Simp 3; e SEI; - Conscientizar os integrantes do Ministério Público sobre conceitos e diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados, relacionando a necessidade de sua adequação à realidade institucional; - Gestão de Projetos e Processos; - OKR (Indicadores de Resultados); - Captação de Recursos Externos.
4 – Gestão de Pessoas	- Capacitação/treinamento em Educação financeira; - Curso sobre a importância e melhora das relações interpessoais no ambiente de trabalho; - Atendimento ao público como política institucional planejada e sistematizada; - Curso de noções básicas do MPPI para os estagiários ingressantes na instituição; - Liderança.

5 – Gestão Orçamentária	- Orçamento público; - Oficina prática para membros; - Orçamentação de obras e reformas no setor público; - Orçamento Público e Execução Orçamentária; - Análise Tributária Aplicada ao Setor Público; - Controle e Gestão do Patrimônio Público; - Obrigações principais e acessórias do setor público; - Planejamento e mapeamento de riscos; - Elaboração de termo de referência e ETP de acordo com a lei de licitações; - Curso sobre perícia contábil; - Treinamento para Secretaria Unificada quanto a rotina administrativa e novas funcionalidades do SIMP.
6 – Tecnologia da Informação	- Lei Geral de Proteção de Dados; - Oficina do GSI (Segurança e prevenção institucional); - Instrumentos Power BI.

Os temas a serem desenvolvidos ao longo do ano de 2024 são caros à Instituição, aos parceiros e à sociedade, razão pela qual o CEAF envidará os esforços necessários no sentido de formatar capacitações e aperfeiçoamentos condizentes com a sua relevância, de acordo com os recursos financeiros disponíveis.

Levando em consideração a otimização de tempo e de recursos, os eventos poderão ser realizados de forma específica sobre determinada temática, bem como transversalmente, interagindo com outras temáticas afins, possibilitando o acesso ao conhecimento de forma integral e sistêmica.

8. ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP

Além das capacitações e aperfeiçoamentos a serem oferecidos pelo CEAf, seguem os cursos já disponibilizados pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, parceira do Ministério Público do Piauí, e que apresenta temas de grande relevância à Instituição.

Para os cursos na modalidade online oferecidos pela ENAP, os interessados podem se cadastrar no site da ENAP (<https://www.escolavirtual.gov.br/>) e, posteriormente à realização do curso, enviar o certificado ao CEAf, para fins de registro.

Seguem sugestões:

APLICAÇÃO DO POWER BI PARA APRIMORAMENTO DA GESTÃO (25h)

INOVANDO NA GESTÃO DE PROJETOS(25h)

CONTRATAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS (30h)

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ (30h)

PROCEDIMENTOS AUXILIARES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (20h)

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (40h)

BOAS PRÁTICAS EM CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (20h)

CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS NO SETOR PÚBLICO (25h)

NOVA LEI DE LICITAÇÕES: PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA (25h)

USO DE MÍDIAS SOCIAIS NA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (20h)

COMO IMPLEMENTAR A LGPD: BASES, MECANISMOS E PROCESSOS (25h)

CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO (25h)

PORTUGUÊS - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO E EMPREGO DE REGRAS GRAMATICAIS (40h)

ASSÉDIO MORAL: O QUE SABER E FAZER (12h)

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (20h)

GESTÃO DE PROJETOS (10h)

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI! USAR (20H)

REDAÇÃO OFICIAL E NOÇÕES DE SEI E SUAS APLICAÇÕES (10H)

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI! ADMINISTRAR (40H)

Esclarece-se, ainda, que as temáticas de interesse ao Ministério Público podem ser abordadas e desenvolvidas em Grupos de Estudos e Pesquisas (GEP), com base no Ato CEAF nº 01, de 24 de janeiro de 2020, que tem como fito organizar, sistematizar, estimular, articular e integrar as atividades relativas a estudos e pesquisas, buscando resultados que impactem na atuação de membros e servidores, integrando nas atividades do CEAF membros, servidores, estagiários, voluntários e comunidade.

PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICO - 2024



MPPI



Ministério Público
do Estado do Piauí

